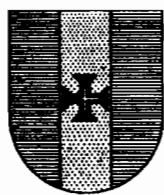


REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 27

Quinta-feira, 15 de Setembro de 1983

SUMÁRIO

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Legislativo Regional n.º 15/83/M:

Estabelece normas sobre a exploração do jogo do bingo na Região Autónoma da Madeira e aprova o respectivo Regulamento.

GOVERNO REGIONAL

Decreto Regulamentar Regional n.º 21/83/M:

Aprova o quadro único do pessoal da carreira médica de clínica geral e da carreira médica de saúde pública da Direcção Regional de Saúde Pública.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Resolução n.º 775/83:

Autoriza o navio Pirata Azul a efectuar uma viagem ao Porto Santo, a propósito da deslocação do Orfeão Universitário do Porto.

Resolução n.º 776/83:

Delega no Chefe de Gabinete do Presidente do Governo os poderes para, em relação ao Centro Regional da Madeira da Anop, tomar as providências necessárias à salvaguarda de informação da Madeira para o exterior.

Resolução n.º 777/83:

Concede um subsídio à União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e de Produtores de Leite da Ilha da Madeira (U.C.A.L.P.L.I.M.), no montante de 12 067 000\$.

Resolução n.º 778/83:

Autoriza a agência do Funchal do Banco Português do Atlântico a proceder à alteração do período de funcionamento no que respeita ao serviço de câmbios.

Resolução n.º 779/83:

Encarrega a Secretaria Regional do Planeamento e Finanças de, em conjunto com as Secretarias Regionais do Comércio e Transportes e da Agricultura e

Pescas, proceder à criação de um sistema centralizado e único de emissão de boletim de importação.

Resolução n.º 780/83:

Determina que a Direcção Regional da Segurança Social cesse o pagamento da energia eléctrica consumida pelos moradores do pavilhão do quartel, no sítio das Neves, freguesia de São Gonçalo, concelho do Funchal.

Resolução n.º 781/83:

Declara de utilidade pública a Associação Desportiva de Machico.

Resolução n.º 782/83:

Concede um subsídio à empresa de Electricidade da Madeira, E.P., no montante de 50 000 000\$.

Resolução n.º 783/83:

Autoriza o pagamento do processo de despesa n.º 2 800, relativo à revisão de preços da empreitada de terraplenagem, obras de arte e pavimentação da E. R. 103-1 (Chão do Cedro Gordo — Moinhos), São Roque do Faial.

Resolução n.º 784/83:

Autoriza o pagamento do processo de despesa n.º 2799, relativo à empreitada de terraplenagem, obras de arte e pavimentação da E. R. 103-1 (Chão do Cedro Gordo — Moinhos), São Roque do Faial.

Resolução n.º 785/83:

Aprova a minuta do contrato para o fornecimento de 700 toneladas de betume de penetração 180/200 e delega os poderes de representação da Região, na assinatura do contrato no Secretário Regional do Equipamento Social.

Resolução n.º 786/83:

Aprova a minuta do contrato para o fornecimento de 500 toneladas de betume de penetração 80/100 e delega os poderes de representação da Região, na assinatura do contrato no Secretário Regional do Equipamento Social.

Resolução n.º 787/83:

Aprova a minuta do contrato para a execução da empreitada da E.R. para a Fajã do Nunes — 2.ª fase —

pavimentação na extensão de 1280 m e delega os poderes de representação da Região, na assinatura do contrato, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Resolução n.º 788/83:

Aprova a minuta do auto de expropriação da parcela de terreno n.º 34, necessária à obra de construção da E.R. n.º 110 (Vila-Porto), na Ilha do Porto Santo e delega os poderes de representação da Região, na assinatura do auto, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Resolução n.º 789/83:

Aprova a minuta do contrato para o fornecimento de 300 toneladas de emulsão betuminosa ECM-2 e 30 toneladas de emulsão ECR-1 e delega os poderes de representação da Região, na assinatura do contrato, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Resolução n.º 790/83:

Aprova a minuta do contrato para a execução da empreitada de regularização da Ribeira da Ribeira Brava numa extensão de 102.50m, entre os perfis 9 e 15 e desvio de leito numa extensão de 155.35m, entre os perfis 0 e 9 e delega os poderes de representação da Região, na assinatura do contrato, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Resolução n.º 791/83:

Aprova a minuta do contrato para o fornecimento de uma pá carregadora de rastos, da marca «KOMATSU», modelo D 535-16, destinada ao Parque de Máquinas da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

Resolução n.º 792/83:

Determina a concessão de um subsídio ao transporte aéreo dos residentes na Ilha do Porto Santo nas viagens de ida e volta entre aquela Ilha e a da Madeira.

Resolução n.º 793/83:

Fixa a capitação máxima do agregado familiar dos candidatos às bolsas de estudo.

Resolução n.º 794/83:

Determina a aplicação à Região do regime constante da Portaria n.º 740/83, de 29 de Junho.

Resolução n.º 795/83:

Concede um subsídio à Câmara Municipal do Funchal, no montante de 20 000 000\$.

Resolução n.º 796/83:

Cria uma comissão a quem é cometida a elaboração de uma nova proposta relativa à produção da cana de açúcar e sua industrialização.

Resolução n.º 797/83:

Autoriza a aquisição do navio tipo catamaran «Gimle Bird».

Resolução n.º 798/83:

Concede um subsídio ao Cine-Forum do Funchal, no montante de 1 025 000\$.

Resolução n.º 799/83:

Aprova a minuta do auto de expropriação da parcela de terreno n.º 1, necessária à obra de implantação, construção e exploração de uma estação de radiodifusão sonora na Ilha do Porto Santo e delega os poderes de representação da Região, na assinatura do auto, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Resolução n.º 800/83:

Aprova a minuta do auto de expropriação da parcela n.º 1, necessária à obra de correcção da E.R. 101, troço compreendido entre a ligação da Rua A com a mesma E.R. 101 e a Praça do Lira, na Vila do Porto Moniz e delega os poderes de representação da Região, na assinatura do auto, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Declarações/Rectificações

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
E SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO
E FINANÇAS**

Portaria n.º 80/83:

Autoriza a transferência e o reforço de verbas no orçamento inerente à Secretaria Regional do Planeamento e Finanças.

Portaria n.º 86/83:

Autoriza a transferência e o reforço de verbas no orçamento inerente à Presidência do Governo na (Direcção Regional da Administração Pública).

**SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO
E FINANÇAS**

Portaria n.º 85/83:

Autoriza a transferência e o reforço de verbas no orçamento inerente à Assembleia Regional.

**SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO
E FINANÇAS E DO EQUIPAMENTO SOCIAL**

Portaria n.º 88/83:

Autoriza a transferência e o reforço de verbas no orçamento inerente à Secretaria Regional do Equipamento Social.

**SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO
E FINANÇAS E DO COMÉRCIO E TRANSPORTES**

Portaria n.º 79/83:

Autoriza a transferência e o reforço de verbas no orçamento inerente à Secretaria Regional do Comércio e Transportes.

Portaria n.º 87/83:

Autoriza a transferência e reforço de verbas no orçamento inerente à Secretaria Regional do Comércio e Transportes.

ASSEMBLEIA REGIONAL**Decreto Legislativo n.º 15/83/M**

de 8 de Setembro

O jogo do bingo na Região Autónoma da Madeira

Considerando que o Decreto-Lei n.º 277/82, de 16 de Julho, regulou em termos genéricos, e para todo o espaço nacional, a prática do jogo do bingo;

Considerando que posteriormente, no Decreto Regulamentar n.º 41/82, de 16 de Julho, foram legalmente definidas as condições de concessão da exploração do jogo do bingo, mas que importará para a adequada aplicabilidade deste diploma introduzir-lhe as necessárias adaptações ao quadro institucional autonómico;

Nestes termos:

A Assembleia Regional da Madeira, ao abrigo da alínea b) do artigo 229.º da Constituição, aprova, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I**Locais e regime de exploração****ARTIGO 1.º****Locais de exploração**

1 — O bingo é um jogo de fortuna ou azar não bancado, sendo a sua prática apenas autorizada nos casinos existentes nas zonas de jogo quando o preço dos cartões iguale ou exceda o valor da aposta mínima praticada nas salas de jogos tradicionais dos referidos casinos.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, por iniciativa do membro do Governo Regional com tutela sobre o jogo, poderá ser autorizada a concessão da exploração de salas de jogo do bingo, fora dos casinos, nas localidades:

- a) Onde exista equipamento hoteleiro relevante;
- b) Onde existam clubes desportivos que sejam considerados instituições de utilidade pública e com prática de, pelo menos, 3 modalidades desportivas de forma relevante.

ARTIGO 2.º**Regulamento**

1 — A exploração e a prática do jogo do bingo obedecerão às normas constantes do Regulamento do Jogo do Bingo.

2 — O Regulamento do Jogo do Bingo consta do anexo a este diploma e dele faz parte integrante.

ARTIGO 3.º**Empresas concessionárias do bingo**

Só podem candidatar-se à exploração de salas do jogo do bingo pessoas colectivas de direito público e os clubes que se encontrem nas condições referidas na alínea b) do n.º 2 do artigo 1.º, por si ou associados entre si.

ARTIGO 4.º**Concessionários de casinos**

Exceptuam-se do âmbito do artigo anterior as empresas concessionárias da exploração de jogos de fortuna e azar em casinos.

ARTIGO 5.º**Abertura de concurso**

A abertura de concurso é feita nos termos e nas condições fixados por decreto regulamentar regional, do qual constarão, designadamente:

- a) Requisitos a exigir aos concorrentes;
- b) Número de salas postas a concurso e localidades onde se situam;
- c) Épocas de funcionamento;
- d) Conteúdo mínimo dos contratos de concessão;
- e) Prazo de concessão;
- f) Montante da caução a prestar pelos concorrentes e das garantias financeiras a prestar pelo bom cumprimento das obrigações assumidas.

ARTIGO 6.º**Propostas**

As propostas devem dar entrada no departamento do Governo Regional com tutela sobre o jogo até à data de encerramento do prazo de concurso e deverão conter:

- a) Identificação completa da entidade concorrente;
- b) Comprovação de que estão regularizadas as suas obrigações para com o Estado, autarquias locais, empresas públicas, segurança social e Fundo do Turismo;
- c) Descrição pormenorizada das instalações onde se projecta a exploração do jogo do bingo ou planos para a sua construção ou remodelação;

d) Declaração expressa da aceitação das condições mínimas constantes do decreto regulamentar regional de abertura do concurso;

e) Planos elucidativos do modo de cumprimento das obrigações contratuais incluídas na concessão;

f) Caução do montante definido no decreto regulamentar regional de abertura do concurso, constituída à ordem do presidente do conselho da Inspeção-Geral de Jogos.

ARTIGO 7.º

Adjudicação provisória

1 — A adjudicação provisória das salas de bingo é da competência do membro do Governo Regional com tutela sobre o jogo.

2 — A adjudicação será feita por despacho que especificará as obrigações das concessionárias.

3 — A adjudicação será feita tendo em conta a idoneidade dos concorrentes, a exequibilidade das suas propostas e as vantagens que à luz do interesse público ofereçam.

ARTIGO 8.º

Adjudicação definitiva

A adjudicação definitiva é feita por contrato em que outorgará o membro do Governo Regional com tutela sobre o jogo e o representante ou representantes da concessionária, a realizar no prazo máximo de 3 meses, contados da data da publicação do despacho da adjudicação provisória.

ARTIGO 9.º

Restituição e perda da caução

1 — A caução de seriedade será restituída aos concorrentes aquando da adjudicação provisória da concessão, salvo quanto ao adjudicatário, que só o será depois da adjudicação definitiva.

2 — Implica a perda da caução a não outorga do contrato de concessão, dentro do prazo legal, por causa imputável ao adjudicatário.

3 — Constitui motivo da perda da caução por parte dos concorrentes a verificação de declarações falsas por culpa ou negligência.

4 — O valor das cauções perdidas reverte para os cofres da Região Autónoma da Madeira.

ARTIGO 10.º

Cauções

1 — Antes da assinatura do contrato de concessão as adjudicatárias depositarão na filial da Caixa Geral de Depósitos, na Região Autónoma da Madeira, à ordem do presidente do conselho da Inspeção-Geral de Jogos, as importâncias de 5000, 4000, 3000 ou 2000 contos, conforme se trate de salas especiais ou de 1.ª, 2.ª ou 3.ª categorias.

2 — O depósito referido no número anterior poderá ser substituído por garantia bancária ou seguro-caução, mobilizáveis em termos equivalentes aos depósitos.

3 — As cauções que sejam utilizadas devem ser renovadas, ou reforçadas, no prazo de 30 dias, contados da data do conhecimento da sua utilização.

4 — As cauções responderão pelo cumprimento das obrigações assumidas no contrato de concessão pelo pagamento dos prémios e das multas aplicadas.

CAPÍTULO II

Salas, seu funcionamento e pessoal

ARTIGO 11.º

Dos requisitos das salas

1 — As salas destinadas ao jogo do bingo obedecerão a plano a aprovar pelo departamento do Governo Regional com tutela sobre o jogo, devendo satisfazer os requisitos exigidos às salas de espectáculos no que se refere a condições de segurança, protecção contra incêndios e saídas de emergência.

2 — A disposição das salas terá de permitir que as operações de extracção das bolas sejam visíveis por todos os jogadores, directamente ou através de monitores, de maneira que garanta a simultaneidade da visão e do anúncio dos prémios.

3 — Não poderá permitir-se a entrada nas salas de um número de pessoas, sejam ou não jogadores, superior à lotação, em lugares de pé e sentados, máxima da sala.

ARTIGO 12.º

Classificação das salas

1 — As salas de jogo do bingo classificar-se-ão, segundo a sua capacidade, nas seguintes categorias:

a) Categoria especial, superior a 500 jogadores

b) 1.ª categoria, de 201 a 500 jogadores;

c) 2.ª categoria, de 101 a 200 jogadores;

d) 3.ª categoria, até 100 jogadores.

2 — Compete ao membro do Governo Regional com tutela sobre o jogo a classificação das salas, após o parecer da Inspeção-Geral de Jogos.

3 — Durante as partidas de bingo, as salas estarão exclusivamente reservadas a este jogo, sem que possa existir nelas qualquer outra espécie de jogo ou actividade, com excepção do serviço de bar.

ARTIGO 13.º

Período de funcionamento

1 — As salas de jogo do bingo funcionam em todos os dias do ano ou época estabelecida nos contratos de concessão.

2 — As salas de jogo do bingo funcionam normalmente das 15 horas de cada dia às 3 horas do dia seguinte, num período mínimo de 4 horas.

3 — As concessionárias comunicarão à Inspeção-Geral de Jogos, com a antecedência mínima de 8 dias, o horário a praticar.

4 — Nos casinos, as salas de jogo do bingo terão o mesmo horário de funcionamento que as demais salas onde se pratiquem jogos de fortuna ou azar, podendo reduzir-se com autorização da Inspeção-Geral de Jogos.

ARTIGO 14.º

Restrições de acesso

Fica vedada a entrada na sala de jogo do bingo aos seguintes indivíduos:

a) Menores de 18 anos;

b) Incapazes, inabilitados e culpados de falsidade fraudulenta desde que não tenham sido reabilitados;

c) Portadores de armas, engenhos ou matérias explosivas;

d) Que dêem mostras de se encontrarem em estado de embriaguez, ou de estarem sob o efeito de estupefacientes ou de drogas equiparadas, ou de sofrerem de enfermidade mental, bem como os que, de algum modo, possam perturbar a ordem,

a tranquilidade e o normal desenrolar dos jogos ou o ambiente das salas.

ARTIGO 15.º

Acesso às salas

1 — O acesso às salas de jogo do bingo é condicionado à obtenção de bilhete especial.

2 — Os bilhetes, de modelo a aprovar pela Inspeção-Geral de Jogos, são válidos para uma única entrada.

3 — O custo do bilhete será determinado anualmente pela Inspeção-Geral de Jogos e o correspondente valor deverá ser afixado, em lugar bem visível, junto da bilheteira.

4 — As importâncias cobradas nos termos do n.º 3 serão depositadas, em relação a cada mês, até ao dia 10 do mês seguinte, através de guia emitida, em triplicado, pela Inspeção-Geral de Jogos, na filial da Caixa Geral de Depósitos na Região Autónoma da Madeira. O triplicado da guia comprovativa do pagamento deverá ser enviado à Inspeção-Geral de Jogos.

5 — Na falta de fixação do preço de emissão de bilhetes pela Inspeção-Geral de Jogos, aplicar-se-á o mesmo valor previsto na Tabela Geral do Imposto do Selo para os bilhetes de entrada nas salas de máquinas existentes nas zonas de jogo.

6 — As importâncias referidas nos n.ºs 3 e 4 constituem receita da Região Autónoma da Madeira, consignada à Direcção Regional dos Desportos.

ARTIGO 16.º

Do pessoal

1 — O pessoal adstrito ao funcionamento da sala de jogo do bingo terá as seguintes categorias e atribuições:

a) Chefe de sala — compete-lhe a direcção e o controlo global e o funcionamento da sala, tomando as decisões relativas à marcha das várias operações, de acordo com as normas técnicas do jogo do bingo, e marcando o ritmo adequado das mesmas. Será responsável pelo correcto funcionamento de todos os mecanismos, instalações e serviços e será ainda o superior hierárquico do pessoal de serviço na sala e o responsável pela escrita e contabilidade especial do jogo;

b) Adjunto do chefe de sala — é o responsável pela fiscalização das bolas e cartões. Contabi-

lizará os cartões vendidos e os sobrantes de cada série ou sorteio, determinará os prémios de linha e de bingo, verificará os cartões premiados, informará em voz alta aos jogadores, responderá individualmente aos pedidos de informações ou reclamações feitas pelos jogadores e registará tudo isto, assim como os incidentes que se produzam, em acta de cada jogada, que assinará e apresentará à assinatura do chefe de sala;

c) Caixa — terá a seu cargo a guarda dos cartões, entregá-los-á ordenadamente aos vendedores, recolherá o dinheiro obtido das vendas e pagará os prémios aos vencedores;

d) Caixa auxiliar volante — realizará a venda directa dos cartões e procederá à recolha do seu valor, que entregará juntamente com os cartões sobrantes ao caixa;

e) Controlador de entradas — procederá à identificação dos frequentadores, vendendo os bilhetes de ingresso. Compete-lhe ainda fiscalizar as entradas;

f) Porteiro — é o responsável pela entrada dos frequentadores das salas, devendo exigir sempre a apresentação dos bilhetes de acesso, que inutilizará imediatamente. Deverá, ainda, quando haja dúvidas sobre a maioridade do frequentador, exigir-lhe a apresentação do documento de identidade;

g) Contínuo — encarregar-se-á de tarefas auxiliares, designadamente mantendo as mesas de jogo em ordem e retirando das mesmas os cartões depois de finalizadas as jogadas.

2 — Não poderão fazer parte do quadro do pessoal das salas de jogo do bingo indivíduos que não tenham bom comportamento moral e civil ou tenham sido condenados em pena de prisão por furto, roubo, abuso de confiança, falência fraudulenta e falsidade ou delinquentes de difícil correcção.

3 — O quadro mínimo de pessoal das salas de jogo do bingo, de cada categoria, será o aprovado pela Inspeção-Geral de Jogos, que aprovará igualmente o traje que deve usar.

ARTIGO 17.º

Deveres dos empregados

Os empregados das salas de jogo do bingo são, especialmente, obrigados a:

a) Cumprir e fazer cumprir, na parte que lhes respeita, as disposições legais e regulamentares

e as instruções da Inspeção-Geral de Jogos relativas à exploração do jogo e ao exercício da sua profissão.

b) Exercer as suas funções com a maior disciplina e correcção, usando de urbanidade para com os funcionários do serviço de inspecção, superiores hierárquicos, colegas e demais pessoas que estejam ou entrem em relação com a concessionária;

c) Cuidar da sua boa apresentação pessoal e usar, quando em serviço, o traje aprovado;

d) Fornecer às autoridades competentes, quando solicitadas, todas as informações de que tenham conhecimento, no exercício das suas funções, relativamente a infracções ou factos considerados delituosos pelas normas legais.

ARTIGO 18.º

Actividades proibidas aos empregados

Aos empregados das salas de jogos do bingo é proibido:

a) Tomar parte no jogo ou explorá-lo, directamente ou por interposta pessoa, sem prejuízo de poderem ser possuidores de títulos representativos do capital social da concessionária;

b) Ter participação directa no produto dos jogos e nos resultados da exploração;

c) Usar de meios fraudulentos na prática do jogo;

d) Reter em seu poder cheques, divisas ou dinheiro cuja proveniência ou utilização não possam ser justificadas pelo funcionamento normal do jogo;

e) Fazer empréstimos dentro das salas de jogo do bingo e seus anexos.

f) Solicitar gratificações ou manifestar, por qualquer modo, o propósito de as obter.

ARTIGO 19.º

Segredo profissional

Os empregados das salas de jogo do bingo devem guardar sigilo de todas as informações que obtenham no exercício das suas funções, excepto quando instados por autoridade judicial ou pela Inspeção-Geral de Jogos.

ARTIGO 20.º

Responsabilidade disciplinar

Sem prejuízo do poder disciplinar atribuído por

lei às concessionárias como entidades patronais, o pessoal adstrito ao funcionamento das salas de jogo do bingo é também responsável perante a Inspeção-Geral de Jogos.

ARTIGO 21.º

Regime disciplinar

A responsabilidade disciplinar referida no artigo anterior, em tudo o que não seja especialmente estatuído neste diploma, rege-se pelo estatuto disciplinar dos funcionários e agentes da administração central, regional e local.

ARTIGO 22.º

Prescrição

1 — O direito de instaurar procedimento disciplinar prescreve passados 2 anos, contados da data da infracção.

2 — Se o facto qualificado de infracção disciplinar for também considerado delito penal e os prazos de prescrição do procedimento criminal forem superiores a 2 anos, aplicar-se-ão ao procedimento disciplinar os prazos estabelecidos no Código Penal.

3 — Se antes do decurso do prazo referido no n.º 1 tiverem lugar alguns actos instrutórios respeitantes à infracção, com efectiva incidência na marcha do processo, a prescrição conta-se desde o dia em que tiver sido praticado o último acto.

ARTIGO 23.º

Instauração, Instrução e Julgamento dos processos disciplinares

1 — Compete à Inspeção-Geral de Jogos, em serviço na Região Autónoma, mandar instaurar processos disciplinares ao pessoal em serviço nas salas de jogo do bingo, designando os instrutores dos processos.

2 — Das decisões proferidas caberá sempre recurso para o membro do Governo com tutela sobre o jogo.

ARTIGO 24.º

Gratificações

1 — O membro do Governo Regional com tutela sobre o jogo, a pedido do pessoal das salas de jogo do bingo, pode autorizá-lo a aceitar as gratificações que sejam dadas espontaneamente pelos frequentadores.

2 — A autorização referida, no número anterior poderá ser retirada, temporária ou definitiva-

mente, sempre que se verifiquem abusos ou não sejam respeitadas as regras relativas à distribuição.

3 — Quando não tenha sido conseguida a autorização aludida no n.º 1 ou haja sido retirada, devem os frequentadores ser advertidos, através de avisos, bem legíveis, colocados dentro das salas e junto ao serviço de identificação, de que não lhes é permitido dar gratificações.

4 — A distribuição das importâncias das gratificações atribuídas ao pessoal será feita de harmonia com as regras a aprovar por despacho do membro do Governo Regional com tutela sobre o jogo.

CAPÍTULO III

Distribuição e receitas

ARTIGO 25.º

Cartões do bingo

1 — A aquisição por parte das concessionárias das séries de cartões para o jogo do bingo efectuar-se-á nas tesourarias da Fazenda Pública dos concelhos onde se encontram situadas as salas de jogo do bingo mediante requisições de modelo a aprovar pela Inspeção-Geral de Jogos.

2 — Os tesoureiros da Fazenda Pública, bem como as concessionárias, remeterão ao departamento do Governo Regional com tutela sobre o jogo um exemplar das guias de requisição de cartões até ao dia 15 de cada mês, em relação ao mês anterior.

3 — As requisições dos cartões só poderão ser satisfeitas pelos tesoureiros da Fazenda Pública depois de comprovado o depósito na filial da Caixa Geral de Depósitos na Região Autónoma da Madeira da importância equivalente a 30% do valor facial de venda aos jogadores dos cartões das séries a adquirir, acrescida do preço da compra dos próprios cartões, que deverá constar dos mesmos.

4 — Os cartões a utilizar nas salas de jogo do bingo dos casinos serão de modelo especial, editados pela Inspeção-Geral de Jogos, que os fornecerá directamente às concessionárias.

5 — O depósito referido no n.º 3 do presente artigo poderá ser substituído por garantia bancária.

ARTIGO 26.º

Distribuição das receitas brutas

Da verba correspondente à receita bruta da

venda dos cartões, 50% são reservados a prémios e, nas explorações fora dos casinos, 40% constituem receita da empresa exploradora do jogo e os remanescentes 10% reverterão para as entidades abaixo discriminadas:

a) 5% para apoio aos clubes desportivos de utilidade pública do concelho onde foram geradas as receitas;

b) 5% para a Inspeção-Geral de Jogos como compensação pelos encargos de fiscalização do jogo do bingo.

CAPÍTULO IV

Fiscalização

ARTIGO 27.º

Superintendência e fiscalização

As funções de superintendência e fiscalização da exploração do jogo do bingo cabem à Inspeção-Geral de Jogos, a qual, no âmbito das suas atribuições e da legislação vigente, emitirá as instruções necessárias para a sua regularidade.

ARTIGO 28.º

Âmbito

1 — As funções de inspecção e fiscalização compreendem, designadamente:

a) O cumprimento das obrigações assumidas pelas entidades exploradoras do jogo do bingo e das que incumbem aos seus agentes;

b) O funcionamento das salas e locais de jogo;

c) O material destinado ao jogo;

d) A prática do jogo;

e) A contabilidade especial do jogo e a escrita comercial das concessionárias;

f) O cumprimento das obrigações tributárias.

2 — A fiscalização será assegurada através dos serviços da Inspeção-Geral de Jogos.

ARTIGO 29.º

Dever de informação

As direcções e os empregados das concessionárias da exploração do jogo do bingo estão obrigadas a facultar aos inspectores em serviço na Re-

gião Autónoma da Madeira as informações necessárias ao desempenho das suas funções e a acatar e fazer cumprir as instruções da Inspeção-Geral de Jogos e seus inspectores.

ARTIGO 30.º

Consulta de documentos

1 — As concessionárias da exploração do jogo do bingo devem manter à disposição dos funcionários da Inspeção-Geral de Jogos todos os livros e documentos de escrituração especial do jogo do bingo e da sua escrita comercial, bem como facultar-lhes os demais elementos e informações relativos ao objecto da concessão.

2 — Na ausência ou impedimento dos administradores, directores, gerentes ou outros responsáveis, os inspectores em serviço na Região Autónoma da Madeira podem solicitar as diligências necessárias à recolha dos elementos informativos a quaisquer empregados que tenham acesso aos respectivos documentos ou tomar as medidas necessárias para obterem em tempo útil os mencionados elementos.

ARTIGO 31.º

Livros e impressos

1 — Sem prejuízo do estabelecido na lei geral, as concessionárias da exploração do jogo do bingo são obrigadas a possuir e manter escriturados em dia os livros e impressos da contabilidade especial do jogo do bingo a aprovar pela Inspeção-Geral de Jogos.

2 — Os livros com folhas numeradas e rubricadas terão termos de abertura e encerramento assinados por funcionários da Inspeção-Geral de Jogos, e cada operação será neles registada no momento da respectiva realização.

3 — Os impressos, depois de numerados, são rubricados ou chancelados por funcionários da Inspeção-Geral de Jogos, podendo ser adoptados outros meios de autenticação, designadamente a utilização de máquinas.

ARTIGO 32.º

Autos de notícia

Os autos de notícia levantados pelos funcionários da Inspeção-Geral de Jogos, por infracções previstas neste diploma, têm o valor juridicamente atribuído aos levantados por autoridade policial.

CAPÍTULO V

Das penalidades

ARTIGO 33.º

Categorias e infracções

As infracções ao presente diploma poderão ser leves, graves e muito graves.

ARTIGO 34.º

Infracções cometidas pelas empresas concessionárias

As infracções da responsabilidade das concessionárias serão consideradas:

1) Leves, quando não expressamente classificadas como graves, salvo se da sua prática resultarem prejuízos para terceiros ou benefícios para a concessionária, condições em que serão punidas como infracções graves;

2) Graves, as seguintes:

a) O não cumprimento dos horários máximos autorizados;

b) A admissão nas salas de indivíduos com menos de 18 anos;

c) A venda de cartões de numeração não seguida ou de séries distintas, sem respeito pelas regras estabelecidas;

d) A realização do sorteio sem o prévio anúncio dos valores dos cartões vendidos e dos correspondentes aos prémios ou a inexactidões dos valores indicados;

e) A recusa em referir na acta as reclamações apresentadas pelos jogadores;

f) A inexistência ou mau funcionamento das medidas de segurança e salubridade das salas;

g) A realização de alterações nas salas ou instalações sem prévia autorização da Inspeção-Geral de Jogos;

h) O acesso às salas de indivíduos que não tenham adquirido o respectivo bilhete ;

i) A falta de depósito oportuno na filial da Caixa Geral de Depósitos na Região Autónoma da Madeira das receitas provenientes da venda dos bilhetes de acesso;

j) A inexistência ou a falta de escrituração dos livros e impressos exigidos pela Inspeção-Geral de Jogos;

l) O incumprimento dos prazos fixados para as obrigações assumidas por força da concessão;

m) A utilização de elementos de jogo cujo modelo não tenha sido aprovado pela Inspeção-Geral de Jogos;

3) Muito graves, as seguintes:

a) A utilização de cartões de modelo não aprovado;

b) A venda de cartões com preço superior ao valor facial dos mesmos;

c) A concessão de empréstimos aos jogadores, independentemente da forma como estes se concretizem;

d) A recusa da colaboração devida aos inspectores da Inspeção-Geral de Jogos, quando estes actuem no exercício das suas funções.

e) A participação no jogo, na qualidade de jogadores, de membros dos órgãos sociais da concessionária;

f) A reincidência em infracções graves da mesma natureza no prazo não superior a 1 ano;

g) A utilização de meios fraudulentos na exploração do jogo.

ARTIGO 35.º

Sanções

1 — As infracções a que alude o artigo anterior serão sancionadas do seguinte modo:

a) As infracções leves, com multa de 5000\$ a 30 000\$;

b) As infracções graves, com multa de 30 000\$ a 100 000\$;

c) As infracções muito graves, com multa de 100 000\$ a 1 000 000\$.

2 — As multas referidas no número anterior serão aplicadas pela Inspeção-Geral de Jogos, em serviço na Região Autónoma da Madeira, com recurso para o membro do Governo Regional com tutela, sem prejuízo da responsabilidade criminal a que haja lugar.

3 — Pelo pagamento das multas são responsáveis as concessionárias e, subsidiariamente, os administradores, directores ou gerentes das mesmas.

4 — Na falta de pagamento das multas no pra-

zo de 30 dias, a contar da notificação, ou, tendo havido recurso, dentro dos 5 dias posteriores à notificação da respectiva decisão, proceder-se-á à sua cobrança através da utilização da caução prestada à ordem do presidente do conselho da Inspeção-Geral de Jogos.

5 — As multas previstas nestes artigos constituem receita da Região Autónoma da Madeira.

6 — As multas previstas neste artigo serão aplicadas sempre que as infracções sejam cometidas por qualquer empregado da empresa, independentemente da responsabilidade disciplinar deste.

ARTIGO 36.º

Rescisão dos contratos

1 — Independentemente da responsabilidade em que possam incorrer, as concessionárias ficam sujeitas à rescisão dos contratos, sem direito a qualquer indemnização, nos seguintes casos:

a) Quando não constituírem ou reforçarem as cauções a que se encontram obrigadas;

b) Quando de forma reiterada cometerem infracções graves ou muito graves;

c) Quando não cumprirem as obrigações assumidas nos contratos de concessão;

d) Quando transferirem, sem prévia autorização, para outrem a exploração do jogo ou de qualquer outra actividade que constitua objecto da concessão.

2 — A rescisão do contrato é da competência do membro do Governo Regional com tutela sobre o jogo.

ARTIGO 37.º

Infracções cometidas pelos frequentadores

As infracções cometidas pelos frequentadores das salas de jogo do bingo serão consideradas:

1) Leves, quando não expressamente classificadas como graves ou muito graves, salvo se da sua prática resultar prejuízo para terceiros ou benefícios para o infractor, condições em que serão punidas como infracções graves;

2) Graves, as seguintes:

a) A recusa de se identificar a pedido do chefe de sala ou dos inspectores da Inspeção-Geral de Jogos em serviço na Região Autónoma da Madeira;

b) A interrupção da partida por qualquer causa injustificada;

c) A prática de actos que perturbem o desenrolar normal da partida;

d) A falta de colaboração devida aos inspectores da Inspeção-Geral de Jogos no exercício das suas funções.

3) Muito graves, as seguintes:

a) A falsificação ou utilização de cartões adquiridos noutras salas ou pertencentes a séries que não sejam as anunciadas e postas em circulação para determinada jogada;

b) A reincidência em infracções graves da mesma natureza praticadas no prazo não superior a 1 ano.

ARTIGO 38.º

Sanções

1 — As infracções a que alude o artigo anterior serão punidas do seguinte modo:

a) As infracções leves, com multa de 2000\$ a 5000\$;

b) As infracções graves, com multa de 5000\$ a 10 000\$;

c) As infracções muito graves, com multa de 10 000\$ a 30 000\$.

2 — As multas previstas no número anterior serão aplicadas pelos tribunais comuns e revertirão a favor da Região Autónoma da Madeira.

3 — Aos agentes de infracções graves e muito graves será proibido o acesso às salas de jogo do bingo, até 3 anos, pela Inspeção-Geral de Jogos.

CAPÍTULO VI

Do ilícito disciplinar

ARTIGO 39.º

Infracções cometidas pelos empregados

As infracções cometidas pelo pessoal adstrito ao funcionamento das salas de jogo do bingo serão consideradas:

1) Leves, quando não expressamente classificadas como graves ou muito graves, salvo se da sua prática resultarem prejuízos para terceiros ou benefícios para os infractores, condições em que serão punidas como infracções graves;

2) Graves, as seguintes:

a) Falta de urbanidade para com os funcionários do serviço de inspecção e frequentadores;

b) Não usar, quando em serviço, o traje aprovado;

c) Solicitar gratificações ou manifestar, por qualquer modo, o propósito de as obter;

d) Reter em seu poder cheques, divisas ou dinheiro cuja proveniência ou utilização não possam ser justificadas pelo funcionamento normal do jogo;

e) Permitir o acesso às salas a menores de 18 anos ou a quem não tenha adquirido o respectivo bilhete de entrada;

3) Muito graves, as seguintes:

a) Tomar parte no jogo, directamente ou por interposta pessoa;

b) Usar de meios fraudulentos na prática do jogo;

c) Fazer empréstimos dentro das salas de jogo do bingo e seus anexos;

d) Vender cartões por preço superior ao valor facial dos mesmos;

e) Não prestar a colaboração devida aos inspectores da Inspeção-Geral de Jogos em serviço na Região Autónoma da Madeira;

f) Reincidir em infracções graves da mesma natureza no prazo não superior a 1 ano.

ARTIGO 40.º

Penalidades

1 — As infracções a que alude o artigo anterior serão sancionadas do seguinte modo:

a) As infracções leves, com as penas de repressão verbal ou escrita e multa;

b) As infracções graves, com a pena de suspensão de 10 a 60 dias;

c) As infracções muito graves, com a pena de suspensão de 61 a 180 dias.

2 — Aos empregados que reincidirem, no prazo de 1 ano, em faltas muito graves será interdito o exercício de funções em salas de jogos.

3 — Das sanções disciplinares aplicadas pela Inspeção-Geral de Jogos podem os arguidos re-

correr, para o membro do Governo Regional com tutela, nos termos gerais de direito.

ARTIGO 41.º

Efeito das sanções

1 — O montante da multa não pode exceder o quantitativo correspondente à retribuição mensal do empregado à data da notificação da sanção, acrescida da gratificação que lhe tiver cabido no mês anterior.

2 — A Inspeção-Geral de Jogos deve participar à concessionária o montante da multa aplicada, para efeitos da sua entrega à Região Autónoma da Madeira.

3 — As penas de suspensão determinam o não exercício de funções e a perda, por tantos dias quantos os da suspensão, da quota-parte da retribuição mensal e das gratificações, tomando por base, quanto a estas, o valor que ao arguido tiver cabido no mês anterior.

ARTIGO 42.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação, produzindo eficácia retroactiva a partir de 2 de Maio do corrente ano, quanto às disposições de natureza tributária e pecuniária previstas nos artigos 6.º, alínea f), 9.º, 10.º, 25.º, 26.º, 35.º, 37.º e 38.º, cujo destino é os cofres da Região Autónoma da Madeira.

Aprovado em sessão plenária em 28 de Julho de 1983.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 12 de Agosto de 1983.

O Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, *Lino Dias Miguel*.

ANEXO

REGULAMENTO DO JOGO DO BINGO

CAPÍTULO I

Classificação e elementos do jogo

ARTIGO 1.º

Classificação

Bingo é um jogo de fortuna ou azar não bancado.

ARTIGO 2.º

Elementos do jogo

Constituem elementos do jogo: cartões, bolas numeradas, mecanismos de extracção de bolas, ecrã, aparelhagem sonora e circuito fechado de televisão.

ARTIGO 3.º

Cartões

1 — Só é permitida a utilização de cartões mediante prévia autorização da Inspeção-Geral de Jogos (IGJ).

2 — Todos os cartões serão seriados e numerados, devendo indicar também o preço e o número de cartões de cada série. Haverá, ainda, uma numeração de emissão em cada série.

3 — No verso de cada cartão imprimir-se-á um extracto das regras fundamentais do jogo, bem como do esquema de retribuição das receitas.

4 — De cada cartão constarão 27 rectângulos, distribuídos em 3 filas horizontais, contendo cada uma 5 números entre 1 e 90, ambos incluídos. Os números serão colocados de forma que a primeira coluna compreenda do 1 ao 9; a segunda, do 10 ao 19; a terceira, do 20 ao 29, e assim sucessivamente, até à coluna nona, que compreenderá do 80 ao 90. Em cada coluna deverá existir 1 ou 2 números, nunca 0 ou 3, e as combinações numéricas de linha ou bingo não poderão repetir-se na mesma série.

ARTIGO 4.º

Séries

1 — Poderão editar-se as seguintes séries:

	Número de cartões
A	90
B	120
C	150
D	180
E	240
F	300
G	360
H	420
I	660
J	840
K	1 680

2 — Os preços dos cartões só poderão ser superiores ao valor da aposta mínima praticada

nas salas de jogos tradicionais dos casinos mediante aprovação da IGJ.

3 — As séries distinguir-se-ão pela cor predominante do anverso e os preços pela cor predominante do reverso dos cartões.

4 — A IGJ, quando se justifique, poderá autorizar a emissão de séries com número de cartões diferentes dos indicados no n.º 1, bem como permitir a edição de séries, constituídas por grupos de 6 cartões, que contenham a totalidade dos números 1 ao 90.

ARTIGO 5.º

Bolas

1 — O jogo de bolas, de modelo a aprovar pela IGJ, será composto de 90 unidades, tendo cada uma delas inscrita na sua superfície, de forma indelével, o número correspondente, que terá de ser visível através dos aparelhos receptores de televisão.

2 — Para efeitos de verificação por parte dos jogadores que a pretendam fazer, no começo e final de cada sessão todas as bolas se devem encontrar colocadas em suportes transparentes, de maneira a ser garantida a sua perfeita visibilidade, sendo dispostas, por ordem, dos números 1 ao 90.

3 — As bolas só poderão ser utilizadas enquanto se mantenhem em bom estado de conservação, não podendo, no entanto, exceder as 1000 jogadas. A substituição de um conjunto de bolas por outro deve constar do livro de actas.

ARTIGO 6.º

Mecanismo de extracção de bolas

1 — O mecanismo de extracção de bolas poderá ser manual ou automático.

2 — É obrigatória a existência de um circuito fechado de televisão que garanta a visão, por parte dos jogadores, das bolas que vão saindo durante o jogo; para isso, a câmara focará permanentemente o lugar de saída das bolas e a imagem será reproduzida pelos vários monitores (aparelhos receptores), distribuídos pela sala em número suficiente para assegurar a perfeita visibilidade por parte de todos os jogadores.

3 — Os modelos dos aparelhos a utilizar são aprovados pela IGJ.

ARTIGO 7.º

Ecrã e instalação sonora

1 — Cada sala disporá de, pelo menos, um ecrã ou quadro de fácil visibilidade para todos os jogadores, onde se afixarão os números à medida que vão sendo extraídos e anunciados.

2 — Existirá, igualmente, instalação sonora que garanta a perfeita audição em toda a sala por parte dos jogadores.

CAPÍTULO II

Regras do jogo

ARTIGO 8.º

Marcação dos cartões

1 — O bingo é jogado com 90 números, de 1 a 90, utilizando os jogadores cartões com as características descritas no artigo 3.º

2 — A marcação pelos jogadores nos cartões dos números anunciados deverá ser feita de forma indelével e mediante a utilização de uma cruz ou qualquer outro símbolo que permita identificar inequivocamente o número marcado.

3 — As operações de extracção das bolas e leitura dos seus números deverão efectuar-se em português, a um ritmo adequado para que todos os jogadores as possam seguir e anotar nos seus cartões.

ARTIGO 9.º

Combinações premiadas

1 — Serão premiadas as seguintes combinações dos jogadores:

a) Linha — será formada a linha quando tenham sido marcados todos os números anunciados que a integram e não tenha sido ainda validamente anunciada por outro jogador durante a extracção das bolas anteriores.

Poderá ser qualquer das linhas que formam um cartão: superior, central e inferior.

b) Bingo — será formado o bingo quando se tenham marcado os 15 números anunciados que integram o cartão.

2 — Tanto no caso do bingo como no da linha, o aparecimento de mais de uma combinação premiada determinará a distribuição proporcional dos prémios.

ARTIGO 10.º

Operações preliminares

1 — Antes de se iniciar cada sessão dever-se-á verificar o correcto funcionamento de todo o material e instalações que se tenham de utilizar; seguidamente, proceder-se-á à introdução das bolas no mecanismo extractor, podendo os jogadores que o desejem verificar estas operações.

2 — Antes de se iniciar a venda dos cartões, anunciar-se-á a série ou séries a vender, o número de cartões e o preço de cada um.

ARTIGO 11.º

Venda de cartões

1 — A venda de cartões só se poderá efectuar dentro da sala onde o jogo é praticado. No decorrer da partida não se poderá proceder à venda de cartões de uma jogada sem que tenham sido recolhidos os cartões da jogada anterior, os quais devem ser postos à disposição dos empregados da sala, sendo proibida a sua retenção.

2 — Os cartões devem ser vendidos seguindo o número de ordem dos mesmos dentro de cada série. A venda em cada jogada iniciar-se-á, indistintamente, com o n.º 1 de cada série ou com o número seguinte ao último vendido da série anterior, independentemente de esta se ter efectuado no mesmo dia ou no dia anterior.

3 — Se o número de cartões da série posta em venda, começada ou não pelo n.º 1 da mesma, for insuficiente para satisfazer a procura dos jogadores, poderá pôr-se em circulação para a mesma jogada cartões de uma nova série, desde que se tenham em conta as seguintes normas:

a) A segunda série a utilizar terá de ser do mesmo preço da primeira;

b) A venda da segunda série começará pelo seu n.º 1;

c) Os cartões da segunda série poderão vender-se até ao limite máximo do número do cartão da primeira série com que se iniciou a venda de tal forma que em caso algum poderão vender-se na mesma jogada cartões iguais.

4 — Os cartões devem ser pagos a dinheiro, sendo proibida a utilização de cheques ou de qualquer outro meio de pagamento, assim como a concessão de crédito aos jogadores.

5 — Concluída cada jogada, os cartões usados

deverão ser recolhidos e destruídos, salvo se se tratar de cartões que possam constituir prova de delito ou infracção, caso haja indícios de se ter cometido alguma irregularidade durante a jogada.

Neste caso, tais cartões serão anexados à acta da partida em que tais factos se verificaram.

ARTIGO 12.º

Anúncios

Terminada a venda, o caixa fará a recolha dos cartões excedentes e o adjunto do chefe de sala, depois de realizados os respectivos cálculos anunciará:

a) O total de cartões vendidos da série ou séries correspondentes, utilizando a seguinte fórmula: «Venderam-se... (indicar o número) cartões da série... (letra), do n.º... ao... (número de identificação), e (se for o caso) da série..., do n.º... ao...»;

b) O valor dos prémios da linha e do bingo;

c) O início da jogada.

ARTIGO 13.º

Sequência de operações

1 — Após os números indicados no artigo anterior, extrair-se-ão sucessivamente as bolas, cujos números se anunciarão através de altifalantes, sendo afixados no ecrã ou quadro. Só depois de se ter anunciado cada número, o jogador poderá, se for o caso, proceder à respectiva marcação.

2 — Continuando desta forma o jogo, interromper-se-á quando seja anunciada a linha ou bingo em voz alta por algum jogador. Seguidamente, colocar-se-á o cartão premiado frente à câmara de televisão, para observação por parte de todo o público.

3 — Se da verificação efectuada resultarem falhas ou inexactidões quanto a alguns dos números do cartão, o jogo prosseguirá até aparecer um vencedor; quando a linha anunciada esteja correcta, o jogo prossegue até que seja anunciado o bingo e, no caso de a verificação do mesmo ser positiva, deve proceder-se como na parte final do número anterior e dar-se-á por terminada a jogada, procedendo-se ao pagamento imediato do valor dos prémios.

4 — Uma vez comprovada a existência de um cartão premiado, o adjunto do chefe de sala perguntará se existe alguma outra combinação premiada da seguinte forma: «Mais alguma linha?», «Mais algum bingo?», deixando-se um espaço de

tempo suficiente até dar ordem para reatar ou terminar o jogo.

Dada esta ordem, não se considerarão quaisquer reclamações quanto ao prémio anunciado.

5 — No final de cada partida e quando começar a última jogada, o adjunto do chefe de sala anunciará em voz alta esta circunstância.

6 — Até ao momento do pagamento dos prémios os jogadores com direito aos mesmos devem ser devidamente assinalados com distintivo adequado.

ARTIGO 14.º

Prémios

1 — O dinheiro realizado com a venda dos cartões ficará à guarda e responsabilidade do caixa.

2 — O valor dos prémios a distinguir em cada jogada constituirá em 50% do valor facial da totalidade dos cartões vendidos, correspondendo 10% à linha e 40% ao bingo.

3 — Os prémios consistirão em dinheiro.

4 — Para se ter direito aos prémios da linha ou do bingo é preciso que todos os números do cartão premiado que formam a combinação que ganhou tenham sido extraídos nessa jogada, independentemente do montante em que se tenham completado a combinação.

No caso do prémio da linha é necessário que não haja sido anunciada por outro jogador durante a extracção de bolas anteriores.

5 — Os prémios serão pagos no termo de cada jogada, depois de feitas as verificações necessárias e contra a entrega dos cartões correspondentes, que terão de se apresentar íntegros e sem manipulações que possam induzir em erro. Os cartões premiados serão anexados à acta da sessão.

ARTIGO 15.º

Devoluções

1 — Se durante a realização de uma jogada e antes da primeira extracção se produzirem falhas ou avarias nos mecanismos ou instalações ou até incidentes que impeçam a continuação da mesma, suspender-se-á a continuação da jogada, provisoriamente, até que se possa solucionar o problema em causa. Se decorridos 15 minutos não for encontrada a solução, proceder-se-á à entrega aos jogadores do preço pago pelos cartões, que deverão ser devolvidos.

2 — No caso de já ter começado a extracção

das bolas e a sua anotação nos cartões, continuar-se-á a jogada, realizando-se as extracções manualmente, se tal for possível, sem o que se procederá como no n.º 1.

3 — A devolução do dinheiro aos jogadores envolverá a totalidade do dinheiro que tiverem pago pelos cartões, sem dedução alguma, seja por que motivo for.

4 — A saída de um jogador durante o decurso da jogada não dará lugar à devolução da importância dos cartões que tenha adquirido, embora possa transferi-los, se assim o desejar, a outro jogador.

5 — Qualquer erro no anúncio de um determinado número que se verifique no desenvolvimento do jogo e que afecte de forma substancial o mesmo determinará a anulação da jogada, com a devolução aos jogadores do valor dos cartões e a restituição destes.

6 — Não serão tidas em conta as reclamações que sejam formuladas sobre erros no anúncio dos números ou sobre o direito aos prémios depois de estes terem sido pagos.

ARTIGO 16.º

Actas das partidas

1 — O decorrer de cada sessão irá sendo registado em acta, que será redigida jogada a jogada, simultaneamente com a realização de cada uma delas, não se podendo proceder à extração seguinte das bolas sem se terem registado em acta os dados relativos aos cartões correspondentes.

2 — As actas serão exaradas em livros, de modelo a aprovar pela IGJ, encadernados, numerados e rubricados pela IGJ.

3 — Da acta deverá constar: hora do início da partida, número de ordem de cada série e custo dos cartões, número de cartões vendidos, importância total recolhida, importâncias pagas por linha e por bingo e hora do termo da partida.

4 — Também se farão constar da acta de cada partida os vários incidentes que se produzirem durante o decorrer da mesma, as reclamações feitas pelos jogadores e as irregularidades ou anomalias verificadas.

O reclamante poderá, se o desejar, assinar a acta que regista a reclamação apresentada.

ARTIGO 17.º

Uso de línguas estrangeiras

1 — Em todas as operações do jogo utilizar-

-se-á sempre a língua portuguesa, designadamente em anúncios e leituras.

2 — Em salas de bingo em que a nacionalidade dos seus frequentadores o aconselhe, poderá a IGJ autorizar o uso de outra ou outras línguas além do português.

ARTIGO 18.º

Uso de fichas como pagamento

Nas salas de bingo existentes em casinos poderão ser utilizadas as fichas das salas de jogo e ainda as das máquinas automáticas na compra de cartões e no pagamento dos respectivos prémios, mediante prévia autorização da IGJ.

GOVERNO REGIONAL

Decreto Regulamentar Regional n.º 21/83/M

de 1 de Setembro

Aprovação do quadro único do pessoal da carreira médica de clínica geral e da carreira médica de saúde pública da Direcção Regional de Saúde Pública

O Decreto Regulamentar n.º 16/82, de 26 de Março, e o Decreto-Lei n.º 310/82, de 3 de Agosto, vieram reformular a carreira médica de clínica geral e a carreira médica de saúde pública.

No âmbito da regulamentação destes diplomas, torna-se necessária a criação de um quadro médico na Direcção Regional de Saúde Pública que fixe os lugares dos diversos graus das carreiras existentes nos concelhos da Região Autónoma da Madeira.

Nesta conformidade, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição e na alínea b) do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, o Governo Regional da Madeira decreta o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o quadro único do pessoal da carreira médica de clínica geral e da carreira médica de saúde pública da Direcção Regional de Saúde Pública, anexo a este diploma.

Art.º 2.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em plenário do Governo Regional em 28 de Julho de 1983.

O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Assinado em 10 de Agosto de 1983.

O Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, *Lino Dias Miguel*.

Quadro médico da Direcção Regional de Saúde Pública

	Carreira de clínica geral			Carreira de saúde pública		
	Clínico geral	Assistente	Consultor	Assistente	Delegado de saúde	Chefe de saúde
Direcção médica	—	—	1	—	—	1
Funchal	61	12	7	6	4	2
Santa Cruz	12	3	1	2	1	—
Porto Santo	2	1	—	1	—	—
Machico	12	3	1	2	1	1
Santana	6	1	1	1	1	—
São Vicente	5	1	1	1	1	1
Porto Moniz	3	1	—	1	—	—
Calheta	8	2	1	1	1	—
Ponta do Sol	5	1	—	1	—	—
Ribeira Brava	7	1	1	1	1	1
Câmara de Lobos	16	3	2	2	1	—
<i>Total</i>	137	29	16	19	11	6

PESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Resolução n.º 775/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 25 de Agosto de 1983, resolveu:

Autorizar o navio Pirata Azul a fazer uma viagem ao Porto Santo, transportando o Orfeão Universitário do Porto que actuará naquela Ilha no dia 3 de Setembro.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 776/73

A fim de assegurar o fornecimento de informação aos meios de comunicação social madeirense e a fim também de assegurar informação da Madeira para o exterior, o Conselho do Governo, reunido em plenário em 25 de Agosto de 1983, resolveu delegar no Chefe de Gabinete do Presidente do Governo a competência para, em relação ao Centro Regional da Madeira da ANOP tomar as providências adequadas, enquanto não for definida a situação da referida agência pelo Governo da República.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 777/83

Considerando que a actividade económica da União das Cooperativas Agrícolas da Lacticínios e de Produtores de Leite da Ilha da Madeira (UCALPLIM) integra-se no âmbito da indústria de lacticínios da Região Autónoma da Madeira.

Considerando que, recentemente, deu-se anormal escoamento dos produtos lácteos, gerando diminuição do valor dos proveitos, mantendo-se, no entanto, inalteráveis os custos;

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 25 de Agosto de 1983, resolveu atribuir um subsídio no valor de 12 067 000\$00 à UCALPLIM, numa perspectiva de reajustamento e superação do presente desequilíbrio económico-financeiro.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 778/83

Considerando a conveniência em assegurar maiores facilidades de atendimento ao público, o Conselho do Governo, reunido em plenário em 25 de Agosto de 1983, após parecer favorável do Banco de Portugal resolve autorizar que o Banco Português do Atlântico altere o período de funcionamento da sua agência do Funchal no respeitante aos serviços de câmbios durante o ano de 1983

e de acordo com o seguinte horário de funcionamento:

Das 03h30 às 13h00;

Das 13h00 às 18h00.

Presidência do Governo Regional. O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 779/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 25 de Agosto de 1983, resolveu:

Encarregar a Secretaria Regional do Planeamento e Finanças de, em conjunto com as Secretarias Regionais do Comércio e Transportes e da Agricultura e Pescas, definir um departamento e sistema único da emissão de boletins de importação, a ser presente à aprovação do Plenário durante o mês de Setembro.

Presidência do Governo Regional. O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 780/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 25 de Agosto de 1983, resolveu:

Suspender o pagamento da energia eléctrica consumida pelos moradores do pavilhão do quartel, do Sítio das Neves, em São Gonçalo, com efeitos a partir do dia 1 de Setembro próximo, devendo a Direcção Regional de Segurança Social regularizar perante a E.E.M., os valores em dívida pendentes até aquela data.

Com efeito aquele consumo inicialmente suportado na totalidade pelo IARN passou a ser satisfeito pela Segurança Social mas numa perspectiva de precaridade que se arrasta desde 1975 e como forma de apoio de emergência aos retornados.

Verificando-se todavia e por inquérito social já realizado que os ocupantes dispõem de fontes de rendimento próprio e já não são na sua grande maioria retornados das ex-colónias, o Governo entende que as razões que justificaram o apoio citado deixaram de subsistir.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 781/83

Atendendo que a Associação Desportiva de Machico, é a Associação mais representativa do Concelho;

Considerando que esta instituição através dos tempos tem desenvolvido um papel importante no fomento das actividades desportivas, recreativas e culturais;

Nestes termos, o Conselho do Governo, reunido em plenário em 25 de Agosto de 1983, resolveu declarar de utilidade pública ao abrigo, do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro e do Decreto Regional n.º 26/78/M, de 3 de Julho, a Associação Desportiva de Machico, fundada em 15 de Abril de 1969.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 782/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 25 de Agosto de 1983, resolveu:

Atribuir um subsídio de cinquenta milhões de escudos (50 000 000\$00) à Empresa de Electricidade da Madeira destinado à cobertura do déficite de exploração referente ao mês de Agosto.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 783/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

Autorizar o pagamento do processo de despesa n.º 2 800 relativo a revisão de preços da «Terraplenagem, obras de arte e pavimentação da E. R. 103-1) (Chão do Cedro Gordo - Moinhos) São Roque do Faial», no valor de 26 925 070\$00.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 784/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

Autorizar o pagamento do processo de despe-

sa n.º 2 799 relativo à empreitada de «Terraplenagens, obras de arte e pavimentação da E. R. 103-1 (Chão do Cedro Gordo - Moinhos) São Roque do Faial», no valor de 23 290 144\$00.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 785/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

a) Aprovar a minuta do contrato para o fornecimento de 700 toneladas de betume de penetração 180/200, de que é adjudicatária a firma Asfalma — Asfaltos da Madeira, Lda.;

b) Delegar os poderes de representação da Região Autónoma da Madeira, na assinatura do contrato, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 786/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

a) Aprovar a minuta do contrato para o fornecimento de 500 toneladas de betume de penetração 80/100, de que é adjudicatária a firma Asfalma — Asfaltos da Madeira, Lda.;

b) Delegar os poderes de representação da Região Autónoma da Madeira, na assinatura do contrato, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 787/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

a) Aprovar a minuta do contrato para a execução da E. R. para a Fajã do Nunes — 2.ª fase — Pavimentação na extensão de 1 280 metros, de que é adjudicatária a firma Tecnovia — Infraestruturas José Guilherme da Costa, Lda.;

b) Delegar os poderes de representação da Região Autónoma da Madeira, na assinatura do contrato, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 788/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

a) Aprovar a minuta do auto de expropriação da parcela de terreno n.º 34, necessária à obra de construção da Estrada Regional n.º 110 (Vila-Porto), na Ilha do Porto Santo, em que é expropriada D. Maria Yvone Josephine Zino;

b) Delegar os poderes de representação da Região Autónoma, na assinatura do auto, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 789/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

a) Aprovar a minuta do contrato para o fornecimento de 300 toneladas de emulsão betuminosa ECM-2 e 30 toneladas de emulsão betuminosa ECR-1, de que é adjudicatária a sociedade denominada Prebel — Sociedade Técnica de Prefabricação e Construção, Lda.;

b) Delegar os poderes de representação da Região Autónoma, na assinatura do contrato, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 790/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

a) Aprovar a minuta do contrato para a execução da empreitada de regularização da Ribeira Brava numa extensão de 102 50m. entre os perfis 9

e 15 e desvio de leito numa extensão de 153.35m, entre os perfis 0 e 9, de que é adjudicatária a sociedade denominada Zagope — Empresa Geral de Obras Públicas Terrestres e Marítimas, SARL;

b) Delegar os poderes de representação da Região Autónoma, na assinatura do contrato, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 791/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

Aprovar a minuta do contrato para o fornecimento de uma pá carregadora de rastos, da marca «Komatsu», modelo D53S-16, destinada ao Parque de Máquinas da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, de que é adjudicatária a sociedade denominada Cimertex— Madeira Sociedade de Representações, SARL.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 792/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

Subsidiar o transporte aéreo dos residentes na Ilha do Porto Santo, nas suas viagens de ida e volta entre aquela Ilha e a Madeira, no montante de 300\$00 por viagem.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 793/83

Nos termos do estipulado nos art.ºs 2.º e 7.º do Regulamento de concessão de Bolsas de Estudo, o Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu: em relação ao ano lectivo 1983/84, o seguinte:

1. A capitação máxima do agregado familiar dos candidatos é fixada em 10 500\$00.

2. São considerados de extrema carência na Região os cursos de Agronomia e Veterinária.

3. A bolsa de estudo terá o valor de 7 500\$00.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 794/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

Aplicar nesta Região Autónoma a Portaria n.º 740/83, de 29 de Junho do Governo da República, visando nos termos do Decreto-Lei n.º 145-A/78, de 17 de Junho abaixamento da idade de reforma dos trabalhadores portuários.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 795/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

Atribuir um subsídio de 20 mil contos à Câmara Municipal do Funchal, consignados expressamente à conclusão dos trabalhos do Caminho do Pilar.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 796/83

De acordo com a Resolução n.º 572/82, de 16 de Julho, o plenário do Governo, não só apreciou o relatório da Comissão (constituída nos termos da Resolução n.º 807/81, de 13 de Novembro) destinado a estudar a produção de açúcar na Região, como também, aprovou várias medidas tendentes à regularização de produção e industrialização da cana de açúcar.

Face ao aparecimento de novos dados, o Conselho do Governo através da Resolução n.º 460/83, de 12 de Maio, resolveu suspender a referida deliberação, até que sejam recolhidos os novos elementos.

Nestes termos, o Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu o seguinte:

1.º Nomear uma Comissão que até 31 de Outubro/83, apresentará ao Plenário do Governo uma

nova proposta relativa à produção da cana de açúcar e sua industrialização.

2.º — Esta Comissão é constituída por:

- a) Dr.ª Luzia Freitas dos Ramos, que preside
- b) Eng.º José Duarte Amaral
- c) Dr. João Lemos Gomes
- d) Sr. Manuel Rufino Teixeira

3.º — O Governo delega no presidente desta comissão poderes para convocar todo o pessoal dos serviços, institutos e empresas públicas dependentes do Governo Regional em relação aos quais entenda dever fazê-lo, bem como o direito de lhe ser facultada toda a documentação que para o efeito necessite.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 797/83

Considerando que o navio Pirata Azul se tornou insuficiente para responder às necessidades de transporte marítimo de passageiros entre as ilhas da Madeira e Porto Santo;

Considerando que se entende necessário implementar com a maior urgência e com carácter permanente, um serviço de transporte marítimo de passageiros com a rapidez e qualidade indispensáveis;

Considerando que a nível nacional não existem navios disponíveis com as características minimamente exigidas;

Nestes termos, o Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu adquirir um navio tipo catamaran, registado em Kristiansand, na Noruega, sob o nome «Gimle Bird», pelo valor de 15 500 000 coroas norueguesas (cerca de 260 mil contos), nos termos da proposta apresentada, e por ser a de preço mais favorável, e com dispensa de concurso público.

O presente navio tem capacidade para 244 passageiros, podendo ainda transportar cinco toneladas de carga para além da capacidade normalmente utilizada pelos passageiros.

Mais resolve prorrogar o fretamento do navio «Alisur Amarillo» até ao próximo dia 5 de Outubro, o que obteve a concordância da empresa proprietária, e a fim de manter a qualidade do serviço até à chegada do navio agora adquirido.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 798/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

Atribuir um subsídio de 1.025 contos ao Cine-Forum do Funchal referente ao mês de Setembro de 1983.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 799/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

a) Aprovar a minuta do Auto de Expropriação da parcela de terreno n.º 1 necessária à «Obra de implantação, construção e exploração de uma Estação de Radiodifusão Sonora, na Ilha do Porto Santo», em que são expropriados Domingos Fernando Correia e consorte;

b) Delegar os poderes de representação da Região Autónoma, na assinatura do Auto, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Resolução n.º 800/83

O Conselho do Governo, reunido em plenário em 1 de Setembro de 1983, resolveu:

a) Aprovar a minuta do Auto de Expropriação da parcela de terreno n.º 1 necessária à «Obra de correcção da E.R. 101, troço compreendido entre a ligação da Rua A com a mesma estrada Regional Regional 101 e a Praça do Lira, na Vila do Porto Moniz», em que são expropriados Maria Clarisse de Lima e outros;

b) Delegar os poderes de representação da Região Autónoma, na assinatura do Auto, no Secretário Regional do Equipamento Social.

Presidência do Governo Regional. — O Presidente do Governo em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*.

Declaração

A Portaria n.º 54/83, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 22, de 21 de Julho de 1983 saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No n.º 1.º, onde se lê:

1.º O venda ao público do galo, galinha e frango preparados segundo o tipo «carcaça pronto a cozinhar»... deve ler-se:

1.º A venda ao público do galo, galinha e frango preparados segundo o tipo «carcaça pronta a cozinhar»...

Declaração

A Portaria n.º 59/83, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 22, de 25 de Julho de 1983, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No n.º 14, n.º 1, onde se lê «por peso nominal de cada expresso em gramas (M) «deve ler-se «por peso nominal de cada unidade expresso em gramas (M)»;

No n.º 16.º, n.º 1, alínea I), onde se lê «vinagre em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 35 486, de 2 de Setembro de 1946» deve ler-se «Vinagre, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 248/82, de 24 de Junho».

Declaração

A Portaria n.º 61/83, publicada no Jornal Oficial, I Série n.º 22, de 25 de Julho de 1983, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No n.º 3 do n.º 1.º, onde se lê «não pode exceder 0,02%» deve ler-se «não pode exceder 0,02%»;

No n.º 5, do n.º 1.º, onde se lê «em relação aos teores de humidade e cinza 0,005% em relação aos teores de acidez» deve ler-se «em relação aos teores de humidade e cinza e 0,005% em relação aos teores de acidez».

Declaração

A Portaria n.º 64/83, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 22, de 25 de Julho de 1983, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No n.º 7.º, onde se lê «de tabela com a indi-

cação dos tipos de álcool, a que se refere o n.º 6» deve ler-se «de tabela com a indicação dos preços e tipos de álcool, a que se refere o n.º 6.º».

Declaração

Portaria n.º 65/83, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 22 de 25 de Julho de 1983, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No n.º 12.º, onde se lê «as infracções aos n.º 1, 2, 3 e 5» deve ler-se «as infracções ao disposto nos n.ºs 1, 2 e 5 do n.º 9.º».

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
E SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO
E FINANÇAS**

Portaria n.º 80/83

Considerando a necessidade de se proceder ao reforço de verbas inscritas sob a Secretaria 03 do Orçamento Regional para 1983, inerente à Secretaria Regional de Planeamento e Finanças, a fim de se poder fazer face ao pagamento de encargos diversos;

Considerando que há em outras rubricas orçamentais, saldos suficientes para compensar aquela necessidade, no referido montante;

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, e da Resolução tomada em plenário do Executivo Madeirense, que teve lugar em 19.8.1983:

Manda o Governo da Região Autónoma da Madeira, pelo Presidente do Governo Regional e Secretário Regional do Planeamento e Finanças, autorizar o seguinte:

Primeiro — Que se proceda à transferência e reforço de verbas na importância global de 500 000 000\$00 (quinhentos milhões de escudos) de acordo com o mapa anexo, que faz parte integrante desta Portaria.

Segundo — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional e Secretaria Regional do Planeamento e Finanças. Assinada em 24 de Agosto de 1983. — O Presidente do Governo Regional em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *Susano Manuel Barreto de França*.

Classificação Orgânica				Classificação Económica		Rubricas	Reforços ou Inscrições	Anulações
Sec.	Cap.	Div.	Sub/ /div.	Cód.	Alínea			
						SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS		
						Gabinete do Secretário Regional		
03	01	00	00	01 42		Remunerações de pessoal diverso	150 000\$00	
				03 00		Horas Extraordinárias	120 000\$00	
				14 00		Deslocações «Compensação Encargos»	1 200 000\$00	
				28 00		Aquisição de Serviços — Encargos de Instalações	300 000\$00	
				39 00		Transferências — Empresas Públicas		
					01	E. E. M.	400 000 000\$00	
				40 00		Transferências — Empresas Privadas		
					01	Fábrica Hinton	35 000 000\$00	
				41 00		Transferências — Instituições Particulares	35 000 000\$00	
				42 00	02	Transferências particulares — Outros	25 000 000\$00	
						SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		
03	02	00	00	01 02		Pessoal dos Quadros aprovados por Lei	300 000\$00	
				10		Prestações Directas — Previdência Social		
				10 03		Outras Prestações Directas	40 000\$00	
						DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO		
03	05	00	00	01 04		Pessoal Contratado não Pertencente ao Quadro	900 000\$00	
						GABINETE DIRECTOR REGIONAL DE FINANÇAS		
03	06	01	00	14 00		Deslocações — Compensações Encargos	250 000\$00	
				30 00		Aquisição de Serviços — Transportes e Comu- nicações	150 000\$00	
						DIRECÇÃO SERVIÇOS DE CONTABILIDADE		
03	06	02	00	01 04		Pessoal Contratado não Pertencente ao Quadro	100 000\$00	
				01 46		Subsídios de Férias e de Natal	200 000\$00	
				01 47		Diuturnidades	180 000\$00	
				03 00		Horas Extraordinárias	300 000\$00	
				04 00		Alimentação e Alojamento	450 000\$00	
				06 00		Abonos Diversos — Numerário	60 000\$00	
				14 00		Deslocações — Compensação de Encargos	300 000\$00	
						INVESTIMENTOS MUNICIPAIS		
03	05	08		71 09		Diversos		500 000 000\$00

Portaria N.º 86/83

A fim de possibilitar o pagamento de despesas adentro do Capítulo Zero Dois do Orçamento Regional para o corrente ano, inerente à Presidência do Governo Regional (Direcção Regional da Administração Pública) há necessidade de se proceder à transferência da importância de oitocentos trinta e quatro mil escudos das rubricas constantes do mapa anexo;

Nestes termos, ao abrigo do artigo terceiro do Decreto Regional n.º 5/77/M, de vinte e um de Abril;

Manda o Governo Regional através da Presidência e da Secretaria Regional do Planeamento e Finanças autorizar o seguinte:

Primeiro — Que se proceda à transferência e reforços de verbas na importância global de oitocentos trinta e quatro mil escudos, de acordo com o mapa anexo, que faz parte integrante desta portaria.

Segundo — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional e Secretaria Regional do Planeamento e Finanças. Assinado em 6 de Setembro de 1983. — O Presidente do Governo Regional em exercício, *Susano Manuel Barreto de França*. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *Susano Manuel Barreto de França*.

Clas. Orgânica	Cap.	Div.	Sub.	Cod.	Rubricas	Reforços ou inscrições	Anulações
02	02	00	00	01.02	Remunerações certas e permanentes: — Pessoal dos quadros aprovados por lei ...		724 000\$00
02	02	00	00	26.00	Bens não duradouros — Consumos de Secretaria ...		30 000\$00
02	02	00	00	52.00	Investimentos — Maquinaria e equipamento ...		80 000\$00
02	02	00	00	06.00	Abonos diversos — Numejários ...	9 000\$00	
02	02	00	00	14.00	Deslocações — Compensação de Encargos ...	100 000\$00	
02	02	00	00	21.00	Bens Duradouros ...	50 000\$00	
02	02	00	00	27.00	Bens não duradouros — Outros ...	350 000\$00	
02	02	00	00	28.00	Aquisição de serviços — Encargos das instalações ...	5 000\$00	
02	02	00	00	30.00	Aquisição de serviços — Transportes e Comunicações ...	140 000\$00	
02	02	00	00	31.00	Aquisição de serviços — Não especificados	180 000\$00	
						834 000\$00	834 000\$00

SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

Portaria N.º 85/83

A fim de possibilitar o pagamento de despesas adentro do Capítulo I do Orçamento para o corrente ano, inerente à Assembleia Regional, há necessidade de se proceder à transferência de verba, no montante de esc. 100 000\$00 (cem mil escudos).

Assim, ao abrigo do artigo terceiro do Decreto Regional, n.º 5/77/M, de vinte e um de Abril, manda

o Governo Regional através da Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, o seguinte:

Primeiro — Que se proceda à transferência da verba acima referida, adentro do Capítulo I, de acordo com o mapa anexo, que faz parte integrante desta Portaria.

Segundo — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional do Planeamento e Finanças. Assinada em 24 de Agosto de 1983. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *Susano Manuel Barreto França*.

Capítulo	Divisão	Código		Rubricas	Reforços ou inscrições	Anulações
01				ASSEMBLEIA REGIONAL		
				DESPESAS CORRENTES		
	00	01		Remunerações certas e permanentes:		
		01.	02	Pessoal dos Quadros aprovados por lei ...		100 000\$00
		52.	00	Investimentos — Maquinaria e Equipamento	100 000\$00	
Total ...					100 000\$00	100 000\$00

SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO E FINANÇAS E DO EQUIPAMENTO SOCIAL

Portaria N.º 88/83

A fim de possibilitar o pagamento de Despesas Correntes e Plano de Investimentos da SRES do or-

çamento Regional para o corrente ano, há a necessidade de se proceder à transferência, reforço e inscrição de verbas do mesmo Capítulo na importância de 67 170 000\$00 (sessenta e sete milhões e cento e setenta mil escudos) das rubricas constantes do mapa anexo.

Nestes termos, ao abrigo do Decreto Regional n.º 5/77/M de 21 de Abril, manda o Governo Regional da Madeira pelos Secretários Regionais do Planeamento e Finanças e do Equipamento Social.

1.º — Que se proceda à transferência, reforço e inscrição de verbas na importância de 67 170 000\$00 (sessenta e sete milhões cento e setenta mil escudos) conforme o mapa em anexo.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças e do Equipamento Social. Assinada em 9 de Setembro de 1983. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *Susano Manuel Barreto de França*. — Pel'O Secretário Regional do Equipamento Social, O Secretário Regional dos Assuntos Sociais, *José Miguel Jardim de Olival Mendonça*.

Descrição	Classificação					Reforço ou inscrição	Anulação
	Sec.	Cap.	Div./Sub.	Cód.	Al.		
S R E S							
DESPESAS CORRENTES E CAPITAL							
D S P M E M							
Alimentação e Alojamento	04	06	05/00	04.00		100 000\$00	
Horas extraordinárias	04	06	05/00	03.00		500 000\$00	
Deslocações — Comp. Encargos	04	06	05/00	14.00		5 000 000\$00	
D S F A P							
Horas extraordinárias	04	04	00/00	03.00		50 000\$00	
Deslocações — Comp. Encargos	04	04	00/00	14.00		350 000\$00	
Alimentação e Alojamento	04	04	00/00	04.00		500 000\$00	
Abonos Div. — Comp. Encargo	04	04	00/00	15.00		10 000\$00	
D R H U A							
Abonos de família	04	07	00/00	10.01		50 000\$00	
Salários do pessoal eventual	04	07	00/00	01.41		200 000\$00	
Deslocações — Comp. Encargos	04	07	00/00	14.00		400 000\$00	
Alimentação e Alojamento	04	07	00/00	04.00		100 000\$00	
Aq. Serviços — Transp. e Comunic.	04	07	00/00	30.00		300 000\$00	
S A B A M							
Abono de família	04	05	00/00	10.01		20 000\$00	
Deslocações — Comp. de Encargos	04	05	00/00	14.00		250 000\$00	
G A T A L							
Deslocações — Comp. Encargos	04	02	00/00	14.00		250 000\$00	
Aq. Serviços — Transp. e Comunic.	04	02	00/00	30.00		50 000\$00	
D S E							
Contribuição para inst. — Prev. Social	04	06	04/00	11.00		30 000\$00	
Abonos diversos — Numerário	04	06	04/00	06.00		500 000\$00	
Deslocações — Comp. Encargos	04	06	04/00	14.00		4 000 000\$00	
Publicidade e Propaganda	04	06	04/00	31.00	D	1 600 000\$00	
Outras prestações Directas	04	06	04/00	10.03		350 000\$00	
Abonos div. — Comp. Encargos	04	06	04/00	15.00		200 000\$00	
Aq. Serviços — locação de bens	04	06	04/00	29.00		250 000\$00	
G A I							
Deslocações — Comp. Encargos	04	03	00/00	14.00		200 000\$00	
D S C E E							
Horas extraordinárias	04	06	08/00	03.00		70 000\$00	
D S H							
Alimentação e Alojamento	04	06	07/00	04.00		200 000\$00	
Abonos Div. — Numerário	04	06	07/00	06.00		1 300 000\$00	
Deslocações — Comp. Encargos	04	06	07/00	14.00		3 000 000\$00	
A transportar						19 830 000\$00	

Descrição	Classificação					Reforço ou inscrição	Anulação
	Sec.	Cap.	Div./Sub.	Cód.	Al.		
<i>Transporte</i>						19 830 000\$00	
D R O P							
Alimentação e Alojamento	04	06	01/00	04.00		10 000\$00	
Aq. Serviços — Transp. e Comunic.	04	06	01/00	30.00		150 000\$00	
G T D							
Alimentação e Alojamento	04	06	03/00	04.00		60 000\$00	
D S E M							
Horas extraordinárias	04	06	06/00	03.00		100 000\$00	
Cont. Inst. — Prev. Social	04	06	06/00	11.00		20 000\$00	
G A T A L							
Remunerações pessoal diverso	04	02	00/00	01.42			800 000\$00
Pessoal quadros aprov. Lei	04	02	00/00	01.02			300 000\$00
D S F A P							
Salários pessoal eventual	04	04	00/00	01.41			910 000\$00
S A B A M							
Pessoal quadros aprov. Lei	04	05	00/00	01.02			1 000 000\$00
Salário pessoal eventual	04	05	00/00	01.41			100 000\$00
D R O P							
Aq. Serviços — Enc. Inst.	04	06	01/00	28.00			200 000\$00
Despesas de anos feriados	04	06	01/00	44.06			400 000\$00
G T D							
Abonos Div. — Numerário	04	06	03/00	06.00			600 000\$00
D S E							
Pessoal quadros aprov. Lei	04	06	04/00	01.02			4 000 000\$00
Pequenas reparações em EE RR	04	06	04/00	31.00	A		900 000\$00
Dem. Sinal. e Balizagem EE RR	04	06	04/00	31.00	B		100 000\$00
D S P M E M							
Investimentos — Mat. Transportes	04	06	05/00	51.00			6 000 000\$00
D S E M							
Pessoal quadros aprov. Lei	04	06	06/00	01.02			1 350 000\$00
Subsídios de férias e Natal	04	06	06/00	01.46			500 000\$00
D R H U A							
Pessoal quadros aprov. Lei	04	06	07/00	01.02			3 010 000\$00
						20 170 000\$00	20 170 000\$00
INVESTIMENTO DO PLANO							
Campo de ténis da Ota, Magnólia	04	50	02/02	71.09		3 000 000\$00	
Mercado Abastecedor Funchal	04	50	38/01	71.09		25 000 000\$00	
Jardim de Infância da R.ª Brava	04	50	12/03	71.09		9 000 000\$00	
Const. Creches e Jardins de Infância — Bairro do Hospital	04	50	12/01	71.09		5 000 000\$00	
Benef. Amp. arranjos ext. em Escolas Primárias e C.P.T.V.	04	50	01/02	71.09		5 000 000\$00	
Benf. em Esc. Sec. e Comp.	04	50	01/04	71.09			5 000 000\$00
Pavilhões de S. Vicente	04	50	02/01	71.09			3 000 000\$00
Matadouros Rurais e Casas de Matanças no P. Santo	04	50	38/02	71.09			20 000 000\$00
Mercado de origem	04	50	38/03	71.09			5 000 000\$00
Const. Creche e Jardim de Infância no P. Santo	04	50	12/04	71.09			14 000 000\$00
						67 170 000\$00	67 170 000\$00

**SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO
E FINANÇAS E DO COMÉRCIO E TRANSPORTES**

Portaria N.º 79/83

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, adentro do capítulo 05 do Orçamento Regional para o corrente ano, inerente à Secretaria Regional do Comércio e Transportes (Sec. 09), há necessidade de se proceder à transferência da quantia de 21 600 000\$00 (vinte e um milhões seiscentos mil escudos) das rubricas constantes do mapa anexo, pelo que, ao abrigo do artigo terceiro do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, pelos Secretários Regionais do Planeamento e Finanças e do Comércio e Transportes, o seguinte:

Primeiro — Que se proceda à transferência e reforços de verba na quantia de 21 600 000\$00 (vinte e um milhões e seiscentos mil escudos), de acordo com o mapa anexo, que faz parte integrante desta portaria.

Segundo — Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças e do Comércio e Transportes. Assinada em 24 de Agosto de 1983. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *Susano Manuel Barreto de França*. — Pel'O Secretário Regional do Comércio e Transportes, O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *Susano Manuel Barreto de França*.

Sec.	Cap.	Divis./subd.	Código	Rubricas	Reforços ou insenções	Artulações
09	05			SECRETARIA REGIONAL DO COMÉRCIO E TRANSPORTES		
				DIRECÇÃO REGIONAL DE AEROPORTOS		
			01	Remunerações certas e permanentes		
			02	Pessoal dos quadros aprovados por lei	7 000 000\$00	
			42	Remuneração de pessoal diversos		9 000 000\$00
			47	Diuturnidades	200 000\$00	
			04	Alimentação e Alojamento	300 000\$00	
			06	Abonos diversos numerário	200 000\$00	
			10	01 Abono de família	100 000\$00	
			10	02 Encargos com a saúde		300 000\$00
			10	03 Outras prestações directas	1 000 000\$00	
			11	Contribuição p/ instituições — Previdência Social	2 000 000\$00	
			14	Deslocações — Comp. encargos		300 000\$00
			15	Abonos diversos — Comp. encargos		250 000\$00
			27	Bens não duradouros — Outros	6 000 000\$00	
			28	Aquisição de Serviços — Encargos Instalações	1 700 000\$00	
			30	Aquisição de serviços—Transp. e Comunicações	500 000\$00	
			31	Aquisição de serviços — Não especificados ...	2 600 000\$00	
			44	09 Outras despesas correntes — Diverscs		700 000\$00
			46	Investimentos — Habitações		1 500 000\$00
			47	Investimentos — Edifícios		5 000 000\$00
			51	Investimentos — Mat. Transportes		1 000 000\$00
			52	Investimento — Maq. e Equipamento		3 550 000\$00
					21 600 000\$00	21 600 000\$00

Portaria N.º 87/83

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, adentro dos capítulos 02, 03 e 04 do Orçamento Regional para o corrente ano, inerente à Secretaria Regional do Comércio e Transportes (Sec. 09), há necessidade de se proceder à trans-

ferência da quantia de Esc.: 106 714 480\$00 (cento e seis milhões setecentos e catorze mil quatrocentos e oitenta escudos) das rubricas constantes do mapa anexo, pelo que, ao abrigo do artigo terceiro do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional da Madeira, pelos Secretários Regionais do Planeamento e

Finanças e do Comércio e Transportes, o seguinte:

Primeiro — Que se proceda à transferência e reforços de verba na quantia de Esc.: 106 714 480\$00 (cento e seis milhões setecentos e catorze mil quatrocentos e oitenta escudos), de acordo com o mapa anexo, que faz parte integrante desta portaria.

Segundo — Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças e do Comércio e Transportes. Assinada em 8 de Setembro de 1983. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *Susano Manuel Barreto de França*. — O Secretário Regional do Comércio e Transportes, *Miguel José Luís de Sousa*.

Sec.	Cap.	Divis./subd.	Código	Rubricas	Reforços ou inscrições	Anulações
09				SECRETARIA REGIONAL DO COMÉRCIO E TRANSPORTES		
	02			DIRECÇÃO REGIONAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA		
		02		DIRECÇÃO SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA		
			01	Remunerações certas e permanentes:		
			43	Gratificações certas e permanentes	544 480\$00	
				Serviços de Indústria e Electricidade		
		04		Outras despesas correntes:		
			44	Diversos		
			09	Outros		544 480\$00
				DIRECÇÃO REGIONAL DE TRANSPORTES		
	03			Transferências — Empresas privadas		
			40	Concessão de subsídios aos transportes marítimos	64 000 000\$00	
			01			
				DIRECÇÃO REGIONAL DOS PORTOS		
			01	Remunerações certas e permanentes:		
			05	Pessoal destacado de outros serviços	1 000 000\$00	
			47	Diuturnidades	800 000\$00	
			03	Horas extraordinárias	10 000 000\$00	
			09	Abonos diversos — Espécie	70 000\$00	
			10	Prestações diversas — Previdência Social		
			01	Abono de família	500 000\$00	
			03	Outras prestações directas	50 000\$00	
			11	Contribuições para Instituições — Previdência Social	250 000\$00	
			14	Deslocações — Compensação de encargos	2 500 000\$00	
			15	Abonos diversos — Compensação de encargos	500 000\$00	
			23	Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes	3 500 000\$00	
			27	Bens não duradouros — Outros	12 000 000\$00	
			30	Aquisição serviços — Transportes e Comunicações	1 000 000\$00	
			31	Aquisição de serviços — Não especificados ...	10 000 000\$00	
				Investimentos do Plano		
				Portos		
				Equipamento mecânico do Porto do Funchal		
		04		Outras despesas de capital		
			06	Diversas		32 000 000\$00
			09	Equipamento mecânico do Porto da Ilha do Porto Santo		
			09	Outras despesas de capital		
			71	Diversas		74 170 000\$00
			09			
	50			Total	106 714 480\$00	106 714 480\$00

Preço deste número: 42\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira».

ASSINATURAS

As três séries Ano 1	650\$00	Semestre	900\$00
A 1.ª série	650\$00	>	350\$00
A 2.ª >	650\$00	>	350\$00
A 3.ª >	650\$00	>	350\$00

Números e Suplementos — preço por página, 1\$50
 A estes valores acrescem os portes de correio
 (Portaria n.º 208/82, de 23 de Dezembro)

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira».